

# AS CIRCUNSTÂNCIAS DA CRIAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

*Mauro Márcio Oliveira<sup>1</sup>*

“São as circunstâncias que governam os homens, não os homens  
que governam as circunstâncias” (Heródoto, *Histórias VII*)

“O homem não é a criatura das circunstâncias. As circunstâncias  
é que são criaturas do homem” (Disraeli, *Vivian Grey, VI, I*)

“As coisas são, ao fim e ao cabo, as vozes que as nomeiam”  
(Federico Andahazi, *O Anatomista*)

## RESUMO

Neste texto, são discutidas as iniciativas de Nelson Rockefeller para a criação de um serviço de extensão rural no Brasil. O enfoque adotado leva a articular a criação desse serviço ao nascente agronegócio por meio de uma ação de cooperação internacional não-governamental, inserindo-a no contexto dos reflexos da *guerra fria* na América Latina. Por fim, é reinterpretada a extensão rural como um “projeto educativo para o capital”.

**Palavras-chave:** cooperação internacional, liberalismo, história, desenvolvimento rural.

## THE CIRCUMSTANCES SURROUNDING THE CREATION OF THE RURAL EXTENSION IN BRAZIL

## ABSTRACT

In this text, the author presents and discusses the initiatives of Nelson Rockefeller in the creation of the Rural Extension Service in Brazil. The author's focus leads him to articulate the creation of this Service through a non governmental international effort in the context of the *cold war* in Latin America. The author reinterprets the Rural Extension as a training project aimed to help the capital deepening the new agribusiness complex.

**Key words:** international cooperation, liberalism, rural development, history.

---

<sup>1</sup> Agrônomo, M.S. Economia, Consultor. E-mail [mauromarci@tba.com.br](mailto:mauromarci@tba.com.br)

## INTRODUÇÃO

O tratamento histórico dos eventos pode seguir diferentes abordagens. No caso do estudo histórico da extensão rural, pode-se abordá-la como fruto de determinada concepção política que encontra curso na ação social organizada, identificando-se a vertente política prevalecente: liberal, com foco no mercado, ou, pelo contrário, estatal intervencionista. Nesse nível, os elementos a serem utilizados no argumento podem ser recolhidos da retórica da ação política bem como dos dados concretos da realidade objetiva, informados por categorias teóricas mais amplas.

Uma outra opção, sem ser excludente, é a que busca nos personagens, nas suas iniciativas, nas suas ações e reações, os elementos da construção do serviço de extensão rural, sem desprezar as idas e vindas tão comuns quando o que deve ser feito desdobra-se por um arco de tempo suficientemente longo para que intervenham forças capazes de esvaziar, reorientar ou até deformar as idéias originais expressas pelos protagonistas e demais personagens da cena política.

As frases que encimam este texto, e que tratam da relação entre as circunstâncias e os homens, no contexto aqui tratado têm, ambas, o seu lado de verdade.

Há homens ativos na sociedade que empregam sua energia em nome de uma concepção, buscando concretizá-la em cada momento. Em nome dela, mais constróem do que se aproveitam das circunstâncias. Por vezes, parecem afrontar as circunstâncias. Há, também, aqueles que só são realizadores quando as circunstâncias lhes favorecem. Nesse sentido, Heródoto deve ser ouvido.

Seria, então, o caso de o autor distinguir as situações próprias da extensão rural como sendo de um tipo ou de outro? Não. Cada leitor, consultado o texto, será levado a classificar protagonistas e personagens da estória extensionista brasileira como herodotianos ou disraelinos.

A terceira citação, impele cada um de nós para uma avaliação final da gênese extensionista no país. À luz de sua origem histórica, o que é, finalmente, o Serviço de Extensão Rural no Brasil? Considerando sua origem histórica e sua trajetória inicial, a extensão rural ocupou papel significativo no quadro das instituições agrícolas nacionais? Renovou, inovou ou simplesmente cumpriu um papel menor e subalterno no quadro de transformações da agricultura brasileira?

Que vozes nomeiam a extensão rural? As vozes que a nomeiam fazem dela o quê? Como o seu perfil histórico pode ser tomado para formular o programa da extensão para os próximos anos?

Inegavelmente, o estímulo para a montagem desse texto provém do livro *Seja Feita a Vossa Vontade*, de Colby & Dennett (1998), no qual revelam detalhes da estória extensionista brasileira. É verdade que muitos dos fatos e eventos presentes em sua obra foram extraídos de Dalrympley (1968)<sup>2</sup>, que registrou a vida institucional da *AIA* do ponto de vista da própria instituição.

Estimulado por aquilo que aqueles autores revelaram, outros tantos foram consultados, visando a confirmar informações, ampliar o quadro de referência e ilustrar pontos pouco explorados. É preciso lembrar que a parte de seu texto – aliás, significativa – referente à Amazônia foi aqui desconsiderada em proveito da preservação do foco sobre a extensão rural, embora se registre o liame entre os dois temas a partir da projeção de transferir para o Brasil o “modelo” de ocupação do oeste americano, tal como mostra a seguinte menção:

“(...) a conquista da Amazônia não é apenas sobre a Amazônia brasileira (...) No fim de nossa investigação, tínhamos constatado que este processo tem similaridades marcantes com a conquista do Oeste americano e envolvia algumas das mesmas e poderosas forças políticas e econômicas americanas.” (Colby & Dennett, 1998, p.19).

Muitos dos fatos aqui relatados não representam novidade para quem conhece detalhes da estória extensionista brasileira. Já em 1962, Lupi havia revelado aspectos importantes do que aqui será tratado, como é o caso da dupla influência norte-americana: privada (*AIA*) e pública (*Programa Ponto IV*). Apesar desse conhecimento, o tratamento do tema na literatura é, em geral, restrito, incidindo tão-somente sobre a relação mais direta da cooperação internacional, não concedendo importância às circunstâncias e ao envolvimento político e econômico dos principais personagens. A título de exemplo, transcreve-se o que ordinariamente se encontra nessa literatura:

“Em vista do bom acolhimento dado pelo Governo mineiro a uma proposta de *Nelson Rockefeller* foi fundada em dezembro de 1948 a Associação de Crédito e Assistência Rural destinada a atuar em prol da ‘melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural’.” (Lupi, 1962, p.6).

---

<sup>2</sup> *AIA - American International Association for Economic and Social Development*. Segundo Colby & Dennett (1988, p.293), o “braço filantrópico da Ibec”.

“(A AIA) encorajada pelo sucesso dos ‘trabalhos cooperativos’, em Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, propôs-se a colaborar na criação de um Serviço de Extensão Rural, em bases permanentes. Escolheu o Estado de Minas Gerais para o lançamento da idéia... Os entendimentos com o Governo Mineiro e com líderes de mentalidade progressista conduziram à assinatura de um convênio, em 6 de dezembro de 1948, entre o Governo do Estado e a AIA, pelo qual se fundou a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar)...” (Araújo, et al., 1978, p.15).

“Em todos os países adotantes da extensão rural, a influência norte-americana quanto à filosofia, princípios, métodos e meios de comunicação foi marcante. [A ajuda americana para esse fim] era ‘bem’ recebida mesmo por nações onde haviam fortes grupos antiianques, numa época em que as esquerdas socialistas combatiam, com grande veemência, o capitalismo, simbolizado pelo TIO SAM. (...) Por influência do professor *John B. Greefing*, diretor da Escola de Agronomia de Viçosa e ex-dirigente da *American International Association (AIA)*, uma instituição filantrópica presidida pelo Sr. *Nelson Rockefeller* (iniciou-se um serviço cooperativo) no município paulista de Santa Rita do Passa Quatro.” (Olinger, 1996, p.46-47).

Dos autores consultados, o que mais contextualiza a criação do Serviço é Fonseca (1985):

“Na história da Extensão Rural no Brasil, 1948 significa o início dos serviços institucionalizados de Extensão Rural, melhor dizendo, significa o resultado das conversações e convênios realizados entre Brasil e Estados Unidos que culminaram na implantação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo, e na fundação da Acar-Minas Gerais, através do mensageiro especial da missão americana no Brasil, o Sr. *Nelson Rockefeller*. As visitas do Sr. *Rockefeller*, e conseqüentemente a fundação da Acar-MG, entretanto, só podem ser compreendidas no contexto dos acontecimentos pós-30 que marcaram importantes mudanças no cenário da política interna brasileira, como também no cenário da política externa, principalmente no que diz respeito às relações com os Estados Unidos da América do Norte.” (p. 59-60)<sup>3</sup>.

O ganho com o livro de Colby & Dennett está na riqueza de detalhes que permite estruturar diversos relacionamentos, entre os quais, os desenvolvidos entre: instituições filantrópicas (como a AIA) e lucrativas (Ibec); empresas

---

<sup>3</sup> Atribuir a ação de Nelson Rockefeller, relativa à extensão rural, à uma iniciativa do governo americano, é um equívoco.

integrantes do agronegócio; interesses econômicos estrangeiros e nacionais e a política brasileira; interesses privados (grupo Rockefeller) e interesses públicos (Departamento de Estado Americano).

## OS ANTEPASSADOS DE NELSON ROCKEFELLER

Na segunda metade do século XIX, o capitalismo que se desenvolveu nos Estados Unidos da América foi de tal modo avassalador que veio a ser conhecido como “capitalismo selvagem”, dado o uso de métodos violentos e audazes (Debouzy, 1972).

Durante este período, grandes capitalistas americanos fundaram vários impérios econômicos, sendo, não raras vezes, designados como “monstros de duas cabeças”. Uma delas voltada para a máxima exploração da força de trabalho, dos recursos naturais e da competição (o que os identificava como *robber barons*, referência aos barões larápios medievais). A outra, voltada para a filantropia e para a generosidade inigualável. Fizeram parte dessa estirpe de homens, Daniel Drew, Cornelius e William Vanderbilt, Andrew Carnegie, J. P. Morgan e o maior de todos, John Davison Rockefeller (1839-1937), pai de John Davison Rockefeller Jr. (1874-1960) e avô de Nelson Rockefeller, e grande líder da indústria do petróleo, com a *Standard Oil Company*.

É típico desse período, a manifestação do “espírito missionário dos americanos”, embora tal afirmativa comporte muita controvérsia, já que ao lado da generosidade, desenvolviam-se “...esforços incessantes de um John D. Rockefeller para polir a sua ‘imagem de marca’ [o que mostra] bem o ódio de que ele era objeto” (Debouzy, 1972, p.185).

A história em torno desse fenômeno informa que:

“A ideologia dos magnatas nos anos 1870-1900 é uma amálgama de conceitos teológico-políticos do individualismo tradicional e de conceitos sociais derivados do darwinismo. Ela revela a crise do individualismo americano, que procura adaptar os seus conceitos econômico-políticos aos novos imperativos sociais. A sua forma depende da necessidade mais ou menos grande de desviar ou de neutralizar as aspirações das outras camadas sociais. Nos séculos XVIII e XIX, o contexto

econômico e político permitiu o desenvolvimento de uma tradição de individualismo igualitário, não sem que se manifeste uma outra forma de individualismo, autoritário e agressivo, encarnado pelos magnatas da indústria e da finança. Estes vão levar a cabo uma ofensiva ideológica para a qual encontrarão sólidos aliados nas igrejas, na grande imprensa e nas universidades.” (Debouzy, 1972, p.187).

Em termos conceituais, a prática filantrópica dos magnatas americanos constitui a ruptura do modelo “individualismo democrático tradicional” para adentrar no “individualismo da ordem econômica”.

A concepção de mundo dos magnatas permitia-lhes sentirem-se completamente à vontade, simultaneamente comandando a sobre-exploração dos trabalhadores e contribuindo para obras de filantropia e trabalho voluntário. Atendendo à máxima filantrópica de *Carnegie* (“o ponto importante, em matéria de caridade, é ajudar os que querem ajudar-se”), os filantropos buscavam apoiar as comunidades onde fosse possível obter “os resultados mais vantajosos” (Debouzy, 1972, p.249). Deixando de lado as considerações da autora em relação ao interesse da ajuda, identifica-se aqui a fonte de um dos mais preciosos princípios da ação da Acar, desde seu início: trabalhar com os mais capazes, entre os pequenos agricultores.

Elementos indicativos dos primórdios da ação filantrópica da família de Rockefeller estão na ação da Junta Geral de Educação e da Comissão Sanitária Rockefeller, no sul e meio-oeste americanos, promovendo a fertilização, rotação de colheitas, irrigação, saneamento e agricultura mecanizada, todos os ingredientes de uma fórmula social que implantou a agroindústria nos EUA às expensas dos pequenos produtores (Colby & Dennett, 1998, p.251-252).

## A GUERRA FRIA NA AMÉRICA LATINA

Durante a Segunda Grande Guerra, a difusão do nazismo e fascismo na América Latina constituíam preocupação central do Departamento de Estado dos EUA. Sete de seus países - com ênfase especial para a Argentina - evitavam declarar guerra às potências do Eixo. Dos vinte países latino-americanos, apenas dois tinham mandado tropas para o *front*. O Departamento de Estado Americano (incluindo Nelson Rockefeller, um de seus assistentes) pressionava por uma

frente mais unida no Hemisfério contra o nazismo, ameaçando não admitir como fundadores da ONU, os países que não declarassem guerra à Alemanha e Japão, antes de 1º de fevereiro de 1945 (Collier & Horowitz, 1976).

Pouco a pouco, os cenários da guerra fria, inicialmente desenhados na Europa e depois na Ásia, vieram a encontrar desaguadouro na América Latina, na primavera de 1945, a partir do momento em que passaram a ser elaborados planos para uma Conferência Interamericana, arquitetada pelo Departamento de Estado dos EUA e conduzida por Nelson Rockefeller, na qual se criaria um sistema interamericano responsável por um pacto formal de defesa da região, o que acabou ocorrendo na cidade do México e ficou sendo conhecido como o *Ato de Chapultepec*, protótipo da *Nato - The North Atlantic Treaty Organization* e da *Seato - Southeast Asia Treaty Organization*. O acordo, entre outras coisas, considerava agressão a todos os aliados americanos um ataque a qualquer estado da área (Collier & Horowitz, 1976).

A forma com que Nelson Rockefeller conduziu o tema na administração de *Truman* causou profundo descontentamento à direção do Departamento de Estado. Isso porque, com a Guerra quase terminando, Nelson Rockefeller ousadamente desfazia-se da ideologia anti-nazista para voltar-se contra o comunismo<sup>4</sup>, atitude que só mais tarde viria a caracterizar a política da guerra fria de Washington. Já colocando em prática sua nova perspectiva, Nelson Rockefeller e seus colaboradores passaram a entender que os nazistas na América do Sul “são úteis e nós vamos converter estas pessoas a amigos americanos”; e, diante das resistências internas, a resposta era: “nós vamos comprar estas pessoas”, (Collier & Horowitz, 1976).<sup>5</sup>

A pressão interna, entretanto, foi além da capacidade de Nelson Rockefeller que não encontrou amparo em *Truman*, e sua saída acabou ocorrendo em 26/8/45, (Collier & Horowitz, 1976).

Para seu segundo mandato (1949-52), *Truman* organizaria sua política externa em torno de três pontos. Os dois primeiros seriam a continuação de ações do primeiro mandato e o terceiro apontaria para um esforço conjunto voltado para

---

<sup>4</sup> “He insisted that the Nazis were a short-range problem in the hemisphere and the Communists na enemy that would remain to be dealt with long after Hitler had been vanquished”. (Collier & Horowitz, 1976?, p. 262).

<sup>5</sup> Sobre nazistas na Argentina, ver Falcoff (1998) & Goñi (1998).

a segurança internacional, traduzindo-se numa aliança militar de tempos de paz com poderes transoceânicos.

Durante os preparativos para a formulação dessa política externa, Ben Hardy, assessor de Departamento de Estado, impressionado com os resultados que Nelson Rockefeller vinha obtendo com suas AIA e Ibec, sugeriu ao presidente Truman a inclusão de um programa de ajuda técnica para o mundo subdesenvolvido, o que daria um toque de idealismo à política externa e serviria de contraponto à dureza do terceiro ponto, sugestão aceita na última hora. Esta proposta de generosidade em termos de ajuda técnica para o desenvolvimento ficou conhecida como “Ponto IV” (*Point Four*) (Collier & Horowitz, 1976, p.265-266)<sup>6</sup>.

Em 1953, de volta ao governo, agora no 1º mandato de Dwight Eisenhower, Nelson Rockefeller levou seu compromisso ao extremo, como elemento pessoal de ligação do presidente com a CIA e assistente especial para estratégia de Guerra Fria e guerra psicológica. Antigo confidente do presidente e de lideranças empresariais em toda a América Latina, Rockefeller era um parceiro confiável.

Durante toda a década dos 50, a cooperação técnica governamental americana, iniciada com o Ponto IV, tinha se aprofundado.

No Governo Kennedy, Nelson Rockefeller ocupou-se, principalmente, do Estado de New York, do qual foi seu governador. Naquele governo,

“A doutrina de contra-insurreição da Guerra Fria tinha fechado um círculo na política dos EUA, embaralhando meios e fins: o desenvolvimento era necessário para a ordem e a ordem necessária para o desenvolvimento,” (Colby & Dennett, 1998, p.723).

Mesmo fora da administração federal, Nelson Rockefeller buscava influenciar a política externa americana segundo seus princípios e interesses.

“Ele pediu ao presidente *Kennedy* que deixasse os programas de ajuda fora da política de governo a governo. Tal abordagem permitia que governos de países subdesenvolvidos financiassem empresas públicas que competiam com a iniciativa

---

<sup>6</sup> Ben Hardy, durante a guerra, havia trabalhado com Nelson Rockefeller no Departamento de Estado. Em novembro de 1950, Truman criou a *International Development Advisory Board*, nomeando Nelson Rockefeller para dirigi-la.



privada (geralmente sob controle americano). Além disso, encorajava a independência política em relação a *Washington* e maior soberania nacional - incluindo a nacionalização de bens americanos.” (Colby & Dennett, 1998, p.723).

“*David* queria que *Kennedy* colocasse a política de ajuda em função dos investimentos privados, americanos e aliados locais, alegando que a iniciativa privada em si era a base da liberdade política (...) Mas *David* foi além do clássico argumento liberal da base de mercado para a liberdade individual. Ele o estendeu para sugerir que a política dos EUA não apenas favorecesse a iniciativa privada mas se opusesse a empresas públicas e à sua criação fora das corporações privadas, não importa as queixas da opinião pública ou os crimes das corporações. *David* queria uma política geral que desencorajasse as nacionalizações. Queria impor regras que não apenas estendessem a empresas no exterior o direito imperial extraterritorial de assegurar a garantia da Constituição dos EUA sobre uma compensação justa para propriedades confiscadas, mas também o ‘ressarcimento’, um conceito muito mais amplo juridicamente, que abrangia isenção legal de responsabilidade ou de penas às quais se estava sujeito pelas ações de alguém.” (Colby & Dennett, 1998, p.724).

Nessa altura, as divergências entre cooperação externa privada e governamental americanas eram flagrantes. No governo Kennedy, a busca de apoio governamental americano pela AIA, para sua proposta de ocupação do Centro-Oeste brasileiro, à moda do oeste americano, não contou com nenhum apoio da AID americana (Colby & Dennett, 1998, p.484). A estratégia de Rockefeller já não convencia o *establishment* americano. Parte da divergência decorria do fato de que as revoluções populares e o comunismo surgiram exatamente onde Rockefeller “se proclamara perito”, a América Latina, embora as idéias oficiais, elaboradas por Walt Rostow<sup>7</sup>, assessor de Kennedy, fossem partilhadas por Nelson Rockefeller:

“A estratégia toda dependia, naturalmente, da vontade do governo ‘anfitrião’ de iniciar reformar sociais, especialmente no campo. Era lá, segundo a teoria de crescimento econômico de *Walt Rostow*, que o desenvolvimento econômico poderia ocorrer ao longo de linhas capitalistas básicas. A fórmula era bastante simples: pequenos proprietários de terras poderiam usar rotação de culturas, sementes híbridas, fertilizantes e máquinas para aumentar a produtividade e baixar os preços dos alimentos nas áreas urbanas. Esta produção derrubaria a inflação, contribuiria

---

<sup>7</sup> W.W.Rostow é o autor dos conhecidos livros *The Economics of take-off into sustained growth* e *The stages of economic growth, a non-communist manifesto*.

para a estabilidade política e do mercado e baixaria os custos de contratar trabalhadores. A classe superior seria mais incentivada a investir em outras empreitadas de manufatura e mercado interno, em vez de mandar seu dinheiro para o exterior ou investir no tradicional setor de exportação (...).” (Colby & Dennett, 1998, p.424-425).

Além de ser o primeiro - e último - presidente que não pediu ajuda a *Nelson* em seu governo, Kennedy discordou com veemência sobre a questão da predominância dos interesses das empresas privadas nos critérios de concessão de dotações e empréstimos ao exterior. O nome de Kennedy era reverenciado na América Latina, enquanto o de Rockefeller era xingado. Kennedy mobilizara multidões em delírio, Nelson, distúrbios e tumultos.

A Aliança para o Progresso, de Kennedy, era mais lembrada até do que a Política de Boa Vizinhança de Roosevelt. Devido às ambições políticas de Nelson, a natureza extensa dos investimentos dele por toda a América Latina foi revelada durante as audiências de confirmação para a vice-presidência e predominou sobre o foco filantrópico, representado pela AIA.

Não bastassem estes problemas, seu modelo para investimentos privados, a Ibec, entrou em crise.

“... com o reajuste dos preços do petróleo onerando os custos da energia e as vendas atingidas por cortes resultantes, a *IBEC* acumulara 98 milhões de dólares em dívidas no dia 30 de setembro de 1974. (...) (Em 1977) as perspectivas para a *IBEC* eram graves. Como a máscara caritativa que o encobria, o império empresarial de *Nelson* estava cheio de sérias rachaduras.” (Colby & Dennett, 1998, p.844-845).

Por fim, na administração de Johnson, enquanto o governo americano apoiou o golpe no Brasil,

“Os *Rockefeller* não fizeram nenhum esforço para esconder seus sentimentos sobre o golpe no Brasil...” (Colby & Dennett, 1998, p.510).

A missão chefiada por Nelson Rockefeller à América Latina, em 1969, foi sua última tentativa de influenciar a política de cooperação externa. Com ela, pretendeu elevar sua *realpolitik* a uma nova teoria do desenvolvimento:

“ O objetivo político era o mesmo que perseguia há três décadas: a incorporação latino-americana numa ‘unidade’ econômica do Hemisfério Ocidental que teria os Estados Unidos como líder. O desenvolvimento aconteceria dentro desse esquema

continental maior, em vez de nacional ou bilateralmente. A ordem seria nos termos do Domínio Indireto que a Grã-Bretanha usava na Comunidade Britânica.” (Colby & Dennett, 1998, p.725-726).

## A AÇÃO DE NELSON ROCKEFELLER NO BRASIL

Nelson Rockefeller alternava de posição nas esferas pública e privada. Na fase que tem a ver diretamente com a criação da AIA, esteve no Departamento de Estado entre 1940/45 e entre 1950/51, acabando por influenciar, decisivamente, a formulação da política externa americana para as Américas.

“Durante a Segunda Guerra Mundial, como coordenador de Assuntos Interamericanos dos EUA, ele promoveu no hemisfério uma implacável guerra econômica e psicológica contra trabalhadores indígenas grevistas e simpatizantes nazistas. Depois, como secretário de Estado assistente para a América Latina no governo *Franklin Roosevelt*, lançou a Guerra Fria antes mesmo que fosse declarada, fundindo uma unidade hemisférica contra os soviéticos na Conferência Pan-americana de 1945 e na conferência que fundou as Nações Unidas no mesmo ano. Seu sucesso em lançar as fundações legais de um pacto militar regional pavimentou o caminho para a OEA, OTAN e SEATO, que se tornou a *raison d’être* para a guerra do Vietnã. Ali estava um aliado confiável contra o comunismo, fosse interno ou externo.” (Colby & Dennett, 1998, p.26).

“Seu conceito pessoal de missão, fruto das tradições religiosas e da inabalável crença calvinista de sua família na capacidade de promoção do capitalismo, tinha sido amenizado por um respeito pela cultura latino-americana raro entre os americanos. Seu entusiasmo quase evangélico pelo desenvolvimento do capitalismo no Terceiro Mundo tinha sido vital no lançamento dos programas americanos de ajuda externa, especialmente o programa Ponto IV de Harry Truman.” (Colby & Dennett, 1998, p.26).

Embora tenha sido ativa a participação de Nelson Rockefeller na política interna americana, o interesse leva a que se volte a atenção para sua ação na América Latina e, mais especificamente, no Brasil. De modo restrito, serão apenas mencionados seus interesses na agricultura, os mais de perto vinculados à criação do Serviço de Extensão Rural.

Nelson Rockefeller começou a colocar em prática sua perspectiva de ação em 1937, com 29 anos, após tornar-se membro da diretoria da *Creole Petroleum*, subsidiária venezuelana da *Standard Oil of New Jersey*. Na ocasião, defendia a participação do capital americano no desenvolvimento econômico dos países hospedeiros (Darlymple, 1968, p.3-5).

Os interesses comerciais da família Rockefeller com o petróleo na Venezuela e o fascínio pela Amazônia foram a motivação central de Nelson Rockefeller na América do Sul.

“O petróleo trouxera *Nelson Rockefeller* ao Brasil décadas antes e o país sempre foi um de seus favoritos. Seu vasto interior amazônico guardava o sonho brilhante de uma nova fronteira para o Ocidente, assim como o Oeste americano capturara a imaginação da geração de seu avô. O desafio do Oeste, simbolizado pelos índios e as terras virgens que defendiam, tinha sido enfrentado não apenas por tropas e estradas de ferro; os missionários religiosos financiados pelo avô e os missionários seculares enviados pela grande Fundação do avô tinham desempenhado papéis vitais. Agora o zelo missionário impulsionava a arrancada de *Nelson* Amazônia adentro. E por este zelo, *Nelson* tinha uma grande dívida com suas lembranças de infância do mundo de seus pais.” (Colby & Dennett, 1998, p.26-27).

Tendo em vista o tipo de negócios vinculados à agricultura, que Nelson Rockefeller desenvolvia na América Latina e no Brasil, duas orientações básicas presidiram sua ação: colonização e agroindustrialização. Afora isso e de forma destacada, estavam os interesses na exploração de depósitos de fosfato (Colby & Dennett, 1998, p.250-251) e na criação de gado na fazenda Bodoquena (Colby & Dennett, 1998, p.338), onde havia depósitos de minério de cobre.

### A colonização como um negócio para Nelson Rockefeller

Há pelo menos quatro iniciativas que ocuparam o pessoal da AIA no que se refere à colonização e ao desenvolvimento rural no Brasil: o assentamento maciço de nordestinos no Planalto Central, uma proposta de colonização para o Jaíba, a diversificação produtiva da região de Campos, no estado do Rio de Janeiro e a colonização associada com o Grupo Antunes no Amapá.

A ação de Nelson Rockefeller voltada para o Centro-Oeste acabou sendo um eco das palavras do Presidente F.D.Roosevelt,<sup>8</sup> ouvidas por ele ao fim de um despacho nos idos de 1942, quando ainda era da *Inter-American Affairs*. Naquela ocasião, o Presidente lhe dissera que no Cerrado estavam as mais importantes áreas de desenvolvimento do mundo e previa que ali a história do oeste americano iria se repetir (Darlymple, 1968, p.169). Tal como eram vistas, as propostas de colonização traziam embutida uma estratégia de desenvolvimento rural, na qual os lucros, pela compra e venda de terras e de produção verificavam-se simultaneamente à criação de oportunidades no contexto da expansão capitalista agregativa de valores para um conjunto ampliado da população.

Os assessores de Nelson Rockefeller originalmente conceberam uma grande estratégia para apoiar a realocação de agricultores do Nordeste<sup>9</sup> nas planícies em volta de Brasília, de para uma criar massa de consumidores de insumos industriais para a agricultura, o que, igualmente, acabava aparecendo como uma alternativa à reforma agrária do governo Goulart.

“Os funcionários da *AIA* de *Rockefeller* sabiam que a maior parte das terras no Planalto era propriedade privada graças aos governos estaduais que venderam a maior parte das terras públicas. Antigas terras indígenas de Goiás, que o estado vendera por cinco dólares o lote de dois hectares alguns anos antes, agora valiam doze vezes mais. Na verdade, ‘a maior parte dela [agrupada] em grandes propriedades (...) [e] mantida quase inteiramente para fins especulativos’. Em vez de ver a terra repartida e distribuída, contrariando os interesses do *status quo*, funcionários da *AIA* tinham pensado em acomodar a *AID* com os interesses dos proprietários privados, fazendo ‘pleno uso da iniciativa privada’ e confinando seu papel a dar assistência técnica a ‘proprietários, aos que desenvolvem as terras e a empresas de colonização’, bem como a ‘fazendas de propriedade e sob controle de cooperativas’.

---

<sup>8</sup> F.D. Roosevelt admirava muito seu primo distante Theodore Roosevelt, presidente dos EUA no início do século e, que no ano de 1913, viajara pelo Amazonas e Mato Grosso em companhia do Marechal Rondon e, de suas anotações de viagem resultou no livro *Through the brazilian wilderness*, publicado em 1914.

<sup>9</sup> Estas idéias giravam em torno do deslocamento de grandes massas populacionais - algo como 800 mil famílias - do Nordeste para o Centro-Oeste, tudo suportado pela colonização, como no Velho Oeste, e mais a exploração do petróleo no lado boliviano. (Colby & Dennett, 1988, p. 482-484).

A idéia deles tinha sido ‘colonizar e desenvolver as grandes propriedades existentes’ através de um ‘tipo especial de crédito’. Mas a propriedade da terra permaneceria inalterada.” (Colby & Dennett, 1998, p.485)

A proposta para o Jaíba (*Plan for Colonization of Jaíba*), entregue ao governador de Minas, Magalhães Pinto, permaneceu inativa devido à instabilidade política da época. Em 1966, sua ativação levou à criação da Ruralminas para seus desdobramentos. (Darlymple, 1968, p.168-9).

“A *AIA* havia previamente apontado para o Planalto Central, as vastas planícies do interior brasileiro, que, durante os anos *Kennedy, Nelson* via como um portão do interior para o Sul industrial. Originalmente, a proposta da *AIA* de criação de uma agência de desenvolvimento no Brasil abrangia uma enorme área, toda a região centro-oeste de Goiás e Mato Grosso, incluindo o território onde está localizada a Fazenda Bodoquena. Mais tarde, a área proposta diminuiu e a *AIA* desenvolveu uma estratégia para patrocinar, através de uma fundação brasileira, uma colônia-piloto em 400 mil hectares de terras públicas em Jaíba, uma região seca e isolada do vale do São Francisco a nordeste de Brasília, ‘depois se expandindo para o Planalto’. Mas quando o projeto Jaiba empacou e a *AID* de *Kennedy* não se dobrou aos planos ambiciosos de *Rockefeller* para a colonização do Planalto nem deu a compensação que a *AIA* esperava, esta se retirou depois dos levantamentos preliminares <sup>10</sup>.”

“O governo Goulart não se opunha, a princípio, a esquemas de colonização. Sua agência regional para o Nordeste, a Sudene, tinha a construção de rodovias na Amazônia como prioridade nos planos de colonização para acabar com as tensões no campo. Mas o problema era que Goulart queria o desenvolvimento da Amazônia pelos brasileiros.” (Colby & Dennett, 1998, p.481). De mais a mais, “a lei de reforma agrária de Goulart ia contra os interesses de especuladores brasileiros e estrangeiros, entre esses havendo vinte empresas americanas...” (Colby & Dennett, 1998, p.484).

---

<sup>10</sup> A atenção da *AIA* deslocou-se então para o Amapá...” (Colby & Dennett, 1998, p.674). “Meses depois (em 1965), a *AIA* estava ajudando a Fundação Azevedo Antunes a montar o Instituto de Desenvolvimento Regional no Amapá, um projeto que antes Crawford propusera a Antunes para o Planalto.” (Colby & Dennett, 1998, p.675).

“*Walter Crawford*<sup>11</sup>, da *AIA*, achava ‘bastante radical’ a lei de reforma agrária de Goulart. Embora enfatizasse a propriedade individual de unidades familiares de terra, os meios de conseguir uma distribuição mais eqüitativa colocaram Goulart diretamente contra os especuladores brasileiros e estrangeiros.” (Colby & Dennett, 1998, p.484-485).<sup>12</sup>

As condições políticas dos anos iniciais da década dos sessenta contribuíram para que os planos a esse respeito fossem colocados em banho-maria ou simplesmente abandonados.

“Em meados de 1963, o sucesso da *AIA* e da *IRI* estava em perigo. Falharam os esforços de Moreira Salles, como ministro do Interior, para manter os presidentes Quadros e Goulart no curso internacionalista de Juscelino Kubitschek...” (Colby & Dennett, 1998, p.671). O controle da remessa de lucros executada por Goulart e a nacionalização das minas de ferro da Hanna em Minas Gerais representaram um revés para Nelson Rockefeller, que recentemente tinha investido no complexo *Hanna-National Steel-Chrysler*. Em função disso, a “*AIA* de Rockefeller se tornou vulnerável, incluindo seu plano de colonização em Minas Gerais, que tinha o objetivo de ‘fornecer novas oportunidades de assentamento para famílias rurais do superpovoado (...) e seco Nordeste’.” (Colby & Dennett, 1998, p.481).

Não há dúvidas de que o impulso de desenvolver o Centro-Oeste à luz do modelo norte-americano - tão familiar para os Rockefeller, desde o século passado em sua terra natal, quanto para o presidente F.D. Roosevelt, vinte anos atrás - valeu-se do estímulo financeiro e moral emprestado por Nelson

---

<sup>11</sup> Trabalhou na *Farm Security Administration*, depois *Farmer's Home Administration*, de 1933 a 1943. Entre 1943 e 1947, foi enviado ao Paraguai e Haiti. Em 1948 foi admitido na *AIA*, para quem trabalhou na Venezuela, de onde veio para a Acar, da qual foi diretor até 1953. Entre este ano e 1960, integrou a Junta Administrativa da Acar. Casou-se, em 1958, com a extensionista norte-americana Aleta que viera em princípios de 1952 como funcionária da *AIA* para chefiar o Departamento de Economia Doméstica da Acar, de onde saiu para a Abcar, o ETA, a *AIA* novamente e a Rural do Rio de Janeiro. O casal regressou aos EUA em 1968.

<sup>12</sup> A preferência pela colonização adotada pelos militares faz pensar que a idéia original da *AIA* encontrara aplicação prática Além do mais, a seca de 1970 impeliu o governo a uma atitude mais enérgica: “Os camponeses tinham caído em desespero depois de uma seca no Nordeste em 1970. Temerosos de que esta situação pudesse afetar a estabilidade do país, os dirigentes viram a solução numa colonização ao longo da rodovia Transamazônica - fornecendo mão-de-obra barata para pecuaristas e empregos para os camponeses. Os gerais não queriam ouvir as advertências de Lilienthal/ de que, devido à ecologia delicada e à escassa fertilidade do solo da Amazônia, as atuais práticas exploratórias iriam sobrecarregar as pastagens e reduzir sua utilização a um período de cinco a dez anos.” (Colby & Dennett, 1998, p.727).

Rockefeller a ações religiosas puritanas no cerrado e na Amazônia<sup>13</sup>. Estas ações, cuja ocorrência se dava de par a par com a prática de mecanismos de apropriação das terras indígenas por particulares e governos estaduais, resultaram numa verdadeira “limpeza do território”, vale dizer, extermínio de tribos indígenas inteiras. Nesse particular, a orientação era buscar um associado brasileiro, a fim de retirar a visibilidade estrangeira da AIA, o que veio a ocorrer com a tentativa de implantar um projeto no Amapá.

“Se a *AIA* queria prosseguir livremente com os planos de desenvolver a fronteira, teria que esconder sua identidade por trás de uma ‘Fundação Brasileira’, que seria receptora e repassadora da ajuda americana. Isto também removeria suspeitas brasileiras de que empresas americanas estavam promovendo seus próprios interesses na Amazônia. ‘É minha opinião que a fundação deveria ser inteiramente brasileira’, escreveu *Walter Crawford*, da *AIA*, ao velho confidente de *Nelson, Berent Friele*<sup>14</sup>. ‘Tenho esperanças de que ainda seja possível ter algum dos principais cidadãos brasileiros [envolvidos].’ (Colby & Dennett, 1998, p.481-482).

### O Progresso técnico como parte do agronegócio de Nelson Rockefeller

Embora não se possa asseverar quanto ao grau de consistência teórica sobre o modelo de agroindustrialização de Nelson Rockefeller, na prática apresentava inúmeras peças articuladas. Tinha interesses na indústria de montante - máquinas, equipamentos, pesticidas e fertilizantes químicos - bem como na de jusante - processamento de grãos e carnes, entidades creditícias para o financiamento, a pesquisa agropecuária e a extensão rural.

A ação prática do pessoal técnico de Nelson Rockefeller correspondia à concepção de que a ‘crise agrária brasileira’ decorria de problemas técnicos e gerenciais.

“...não era uma crise política - sobre quem tinha o poder sobre o governo e as terras férteis, e quem não tinha -, mas uma crise de métodos agrícolas e localização que podia ser resolvida através de educação, demonstrações e migrações. A

<sup>13</sup> Ver a atuação do Instituto Summer de Lingüística em várias passagens de Colby & Dennett, 1998.

<sup>14</sup> Norueguês, cuja família estava no ramo do café nas últimas cinco gerações e que havia renunciado à presidência da *America Coffee Corporation* e à diretoria da *A&P Company* para se associar a Nelson Rockefeller.



solução para o problema da agricultura brasileira era a realocação de agricultores para as terras ‘virgens’ do oeste da Amazônia, fundindo pequenas fazendas em grandes propriedades mecanizadas e mais eficientes e modernizando técnicas, tudo auxiliado por rodovias que levassem aos mercados, empresas químicas e crédito adequado de bancos privados e agências do governo subsidiadas por impostos. As instituições existentes do status quo - os bancos controlados pelos grandes cafeicultores de São Paulo, o governo dominado pelos partidos políticos deles e os ricos pecuaristas, industriais, mineradores e seus aliados, as empresas e bancos europeus e americanos - eram meios suficientes para resolver a crise social com a ajuda dos militares ‘esclarecidos’. (Colby & Dennett, 1998, p.670).

Ainda assim, os resultados a esperar sofriam a ação de um “reductor de eficiência” tipicamente local (preconceito entre os americanos de que o problema no Brasil era o gene brasileiro):

“ ‘Eles não são agricultores natos. Descendem dos portugueses, que eram famosos comerciantes e exploradores, mas não homens da terra’. Embora o Brasil sempre tivesse sido um país de base agrícola, *Crawford* citou como prova de sua tese um comentário que o descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral, fez ao Rei Dom Manuel, de Portugal, sobre o potencial agrícola do Brasil: ‘Em se plantando, tudo dá’. Uma acepção igualmente errônea sobre a fertilidade inexaurível do solo do Novo Mundo tinha sido feita pelos ancestrais britânicos de *Crawford* antes da Guerra de Secessão na América do Norte, até que eles também tiveram de procurar terras virgens em territórios no Oeste tomados dos índios. Mas o domínio da História nunca foi o forte dos técnicos americanos ou de seus pragmáticos superiores nos negócios e na política. Tampouco o questionamento da viabilidade dos programas técnicos de ajuda para o cultivo sustentado em pequena escala no Terceiro Mundo, como as palestras da *IRI* com técnicos agrícolas americanos, freqüentadas em grande parte por latifundiários, pecuaristas e técnicos do governo.” (Colby & Dennett, 1998, p.670-671, citando o relatório *Agricultura no Brasil*, de 1961, de Walter Crawford).

A “... ênfase na pecuária em larga escala [na fazenda Bodoquena] estava em agudo contraste com a professada preocupação de *Rockefeller* com o pequeno produtor, da mesma maneira os currículos dos colegas diretores de *Nelson e David* na *IRI* contrastavam com a missão declarada da *IRI* e da *AIA* de reproduzir o sistema de pequenas propriedades dos Estados Unidos: *Hartley Rowe* era ex-vice-presidente da *United Fruit Company* e *Glenn E. Rogers*, à frente da

*Metropolitan Life Insurance Company*, tinha sido responsável por uma bem-sucedida operação de gerências das dez mil propriedades desapropriadas pela empresa no começo dos anos 1930, durante a Depressão.” (Colby & Dennett, 1998, p.671).

À pesquisa agrícola estava reservado importante papel:

“Os especialistas agrícolas da *AIA* e da *IBEC* também chegariam para começar experiências de cruzamento e alimentação do gado. O objetivo era reduzir para dois anos o tempo exigido para criar e engordar uma cabeça para o mercado. Os planos pediam um matadouro moderno e a distribuição de carne empacotada no Rio e em São Paulo, em competição com grandes processadores - como *Anglo*, *Swift*, *Armour* e *Wilson*, bem como com pequenos produtores.” (Colby & Dennett, 1998, p.338).

A *IRI (Ibec Research Inc.)*<sup>15</sup> desenvolvia pesquisas nas plantações de Walter Moreira Salles<sup>16</sup> em São Paulo e de outros grandes fazendeiros dos estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Paraná, com pesticidas químicos e desfolhantes, leguminosas ricas em nitrogênio para aumentar a fertilidade dos pastos, técnicas de irrigação para cafezais, estímulo químico ao florescimento dos pés de café para padronizar a época de colheita, técnicas padronizadas de medição para grãos de café, regulagem de temperatura para secagem de grãos e aplicação de técnicas de processamento e estocagem.

“Em meados dos anos 50, durante a euforia que se seguiu à queda de Getúlio Vargas, *Nelson*, *David* e a *IBEC* se juntaram a Moreira Salles (...) *Nelson* estava interessado em desenvolver uma plantação de café nas encostas das montanhas Bodoquena. Moreira Salles ajudou *Nelson* a explorar estas possibilidades, cedendo um grande setor de suas Fazendas Paulistas, com cinco milhões de pés de café, para a *IRI*. A empresa era dirigida pelo ex-presidente da divisão de pesquisas da *Standard Oil de New Jersey* e uma equipe de alta categoria de ex-empregados da *Hawaiian Pineapple Company*. Trabalhando junto com o Instituto Interamericano de Serviços

---

<sup>15</sup> Criada em 1950, a *IRI* veio a ser incorporada à *AIA* em 1957 como entidade não lucrativa e desligada em 1963.,Darlymple(1968, p.25).

<sup>16</sup> Walter Moreira Salles, banqueiro e embaixador brasileiro nos Estados Unidos (“De todos os amigos de *Nelson* no Brasil, nenhum foi mais útil do que Walter Moreira Salles ... As ligações de Salles com interesses financeiros em bancos e propriedades rurais tinham valido a *Nelson* uma mina de oportunidades nos esforços de conquistar os campos e florestas das fronteiras brasileiras” Colby & Dennett, 1998, p.669).

Agrícolas<sup>17</sup>, da Organização dos Estados Americanos, na Costa Rica, [que] era um dos melhores grupos de pesquisa agrícola na América Latina.” (Colby& Dennett, 1998, p. 669).

“Usando a plantação de Moreira Salles e terra oferecida por outros grandes fazendeiros dos estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Paraná, a *IRI* fez experiências com pesticidas químicos e desfolhantes (o *Dalapon*, da *Dow*, e o *Dieldrin*, da *Shell Chemical*, eram os favoritos), leguminosas ricas em nitrogênio para aumentar a fertilidade dos pastos (e os quilos de carne por hectare), técnicas de irrigação para cafezais, estímulo químico ao florescimento dos pés de café para padronizar a época de colheita, técnicas padronizadas de medição para grãos de café, regulagem de temperatura para secagem de grãos e aplicação de técnicas de processamento e estocagem. Grandes processadores de carne não brasileiros, como *Armour Packing*, *Wilson Packing* e *Frigorífico Anglo*, consultavam a *IRI* para se beneficiar das pesquisas, como o fez a Fazenda Cambuhy, a grande fazenda de pecuária que controlava as Fazendas Paulistas e da qual Moreira Salles tinha 40%.” (Colby& Dennett, 1998, p.669).

“*Nelson* acompanhou o andamento das pesquisas da *IRI* e a aceitação das novas técnicas pelos pecuaristas do Brasil. Em apenas uma área de teste da *IRI*, em 1956, 150 deles foram ver as experiências dos homens de *Rockefeller*, 22 adotaram os desfolhantes recomendados para limpar oito mil hectares de vegetação nativa. As empresas americanas de produtos químicos retribuíram com doações à *IRI*: a *Olin Mathieson*, que tinha *Laurance* como diretor, deu dez mil, a *American Export Potash Associates* contribuiu com três mil dólares, a *Pfizer*, que vendia hormônios para engordar o gado, também contribuiu, assim como a *Anderson Clayton* (algodão), a *Stauffer Chemical*, o *Sulphur Institute* e a *Esso Brasileira*. Funcionários Ponto IV da embaixada dos EUA passaram dias nos laboratórios da *IRI* e nos pastos e voltaram impressionados. Mas os homens de *Rockefeller* não esperaram simplesmente que Maomé fosse à montanha; eles levaram montanhas de pesquisas para apresentar a grupos de fazendeiros e pecuaristas e através de cursos em institutos agrícolas brasileiros.” (Colby& Dennett, 1998, p.670).

“Milhares de cópias de relatórios técnicos da *IRI* foram distribuídos por funcionários do governo e, em 1957, a lista de correspondência da *IRI* tinha cinco mil nomes.” (Colby & Dennett, 1998, p. 670).

---

<sup>17</sup> Hoje, IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

“O controle externo sobre muitas das maiores empresas brasileiras se tornou um assunto sério no governo do presidente João Goulart. (...) Os primeiros gritos de protesto surgiram em julho de 1965, quando vazaram notícias de que uma delegação de americanos da Academia Nacional de Ciência dos EUA havia visitado o Ministério da Agricultura e o Conselho Nacional de Pesquisas. A comissão propôs a criação de centros de pesquisa para estudar a exploração da floresta e a agricultura na bacia amazônica. Os centros teriam apenas americanos, em vez da administração normal binacional. A proposta recebeu o apoio do secretário de estado, *Dean Rusk*, que mandou dois representantes para dar suas bênçãos ao projeto. Ao ouvir a proposta, o governador do Amazonas, Arthur Ferreira Reis, abandonou o recinto e denunciou o projeto como uma ameaça à soberania nacional.” (Colby & Dennett, 1998, p.676).

A perspectiva do trabalho conjunto entre pesquisa e extensão rural, que provocou a incorporação do IRI à AIA, acabou revelando-se imprópria com o passar do tempo tanto que mais tarde vieram a ser separadas:

“The merger of AIA and IRI was originally dictated by logic - both organizations were working in the same geographical location and in the same general field of rural rehabilitation. It was felt that the scientific findings of IRI which was working primarily in Brazil would need the extension effort of AIA to filter them down to the farmer in his field.”

“However, the difficulties of combining two such operationally diverse groups proved too much for efficiency and some five years later the merger was dissolved. IRI went its own way in 1963...” (Darlymple, 1968, p. 26).

A abertura e a conquista de mercados iam além da própria extensão rural. Incluíam sistema de crédito rural, mecanismos de comercialização de insumos e produtos, além de ação concatenada do sistema cooperativo.

“Para superar a relutância dos fazendeiros em usar o fertilizante e sua falta de crédito para o sistema de comercialização do produto e a fábrica (planejados como sendo parcialmente de propriedade dos *Rockefeller*), cooperativas locais de fazendeiros seriam estabelecidas. Direitistas pré-históricos nos EUA poderiam pensar que isto era socialismo, mas *Nelson* não concordava. Fazia parte da tradição da *Standard Oil Trust* buscar redução de custos, através da combinação de empresas.” (Colby & Dennett, 1998, p. 251)<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Um ano após a fundação da AIA, Laurance (um dos cinco irmãos de Nelson Rockefeller) recebeu um “...relatório propondo um programa de três etapas para aumentar o consumo: educar os fazendeiros sobre como aumentar seus rendimentos, implantar meios de adquirir os excedentes dos produtores a preços atrativos e melhorar os meios de transporte brasileiros para entregar fertilizantes em bases vantajosas.” (Colby & Dennet, 1998, p.250-251).

## A AÇÃO DA AIA

No dia seguinte a sua saída do Departamento de Estado, o que ocorrera em 26/8/45, Nelson Rockefeller já estava em New York, para uma reunião com seu grupo, agora ampliado com as presenças de John E. Lockwood, Frank A. Jamieson, Berent Friele e Kenneth J. Kadow. O objetivo desse e dos subseqüentes encontros, era o de achar um veículo para as idéias que Nelson Rockefeller achava vitais para o futuro da ‘cooperação’ interamericana, ficando subentendido que isso também deveria acelerar seu retorno, de forma triunfante, a *Washington*, (Collier & Horowitz, 1976).

Dessas deliberações resultou uma fundação, a *AIA - American International Association for Economic and Social Development* (registrada em 1º de Julho de 1946 em *New York*), dividida em dois segmentos: um não lucrativo e outro lucrativo. A retórica de promover o auto-desenvolvimento e melhores condições de vida por meio da cooperação entre os povos do mundo” foi repassada por Nelson Rockefeller a seu pai, em carta na qual o convidava para dirigir a Associação:

“Você, mais do que ninguém, se tornou um símbolo em todo o mundo, de que a democracia e o sistema capitalista estão interessados no bem-estar de todas as pessoas. Elas devem, cada vez mais, ter razões para sentir que seus maiores interesses e oportunidades para o futuro estão identificados com o nosso país e nosso modo de vida. Agora, mais do que nunca, é importante que a nossa família continue com a coragem e a visão que levaram você e o meu avô a serem pioneiros em novas campos e a marcar novos caminhos”. (Collier & Horowitz, 1976, p. 260).

Os programas da AIA foram criados, principalmente, como um esforço de treinamento, fornecendo informações sobre nutrição, saúde, economia doméstica e dados técnicos sobre práticas agrícolas, tendo suas ações, desde o começo, concentradas em dois países: no Brasil, por causa de seu tamanho e importância nas relações hemisféricas, e na Venezuela, por causa do petróleo.

### A AIA e a Ibec

“Enquanto as equipes da *AIA* promoviam a criação de frangos, *Nelson* montava, através da *IBEC*, uma empresa de ração para aves. As equipes da *AIA* promoviam as

virtudes dos fertilizantes químicos e a *IBEC* os vendia. A *AIA* encorajava o uso de sementes mais produtivas, a *IBEC* vendia sementes híbridas. A *AIA* pregou o evangelho dos pesticidas e herbicidas e a *IBEC* montou uma empresa de fumigação. As planícies do oeste do Paraná ofereciam terras adequadas para o cultivo extensivo mecanizado. Lá, o evangelho do trator americano para a fruticultura encontrou ouvintes atentos. A Companhia de Serviços Mecanizados de Agricultura da *IBEC* (conhecida como *EMA*) fez boas vendas como representante de uma empresa americana com ampla participação dos *Rockefeller*, a *International Harvester*. O Brasil importou mais de um milhão de dólares em maquinaria em quatro anos e a *EMA* foi contratada para limpar mais de 40 mil hectares de florestas.” (Colby & Dennett, 1998, p.251).

Nelson Rockefeller reproduzia no Brasil o que seu avô houvera feito no Meio-Oeste americano. Esta concepção havia presidido a ação do Conselho Geral de Educação (*General Education Board*) dos *Rockefeller* nos próprios Estados Unidos, décadas atrás. Havia implantado projetos-piloto agrícolas no sul daquele país entre 1904 e 1914, exaltando as virtudes da mecanização, dos fertilizantes, da rotação de culturas e de outras técnicas. Desde então, os *Rockefeller* vinham investindo na *International Harvester* e em fábricas de fertilizantes (ver Colby & Dennett, 1998: legenda do mapa na p. 902).

“Era como nos velhos tempos. A *AIA* de *Nelson* estava repetindo na América do Sul o que a Junta geral de Educação do pai e a Comissão Sanitária *Rockefeller* tinham feito no Sul e Meio-Oeste americanos: promovendo a fertilização, rotação de colheitas, irrigação, saneamento e agricultura mecanizada, todos os ingredientes de uma fórmula social que implantou a agroindústria nos EUA às expensas dos pequenos produtores. Além do que a *International Harvester* pagava aos *Rockefeller* em dividendos contínuos sobre o investimento original de trinta milhões de dólares, *Nelson*, através da subsidiária *EMA*, conseguia uma fatia sobre as vendas da *Harvester*. Na verdade, ele ia muito além de seus antecessores na busca de uma integração vertical na agroindústria, montando uma empresa de estocagem de grãos com a maior empresa privada do setor nos EUA, a *Cargill*. A *Cargill* Agrícola e Comercial S/A comprava e estocava grãos em todo o norte do Paraná e na região fértil do oeste de São Paulo. Estas áreas eram todas reduto do *establishment* brasileiro que derrubara o presidente Vargas do poder em 1945.” (Colby & Dennett, 1998, p.251-252).

No interior da *AIA*, o prolongamento dos sonhos de Nelson Rockefeller com agricultores familiares em terras brasileiras não entrava em choque com as ações desta mesma *AIA* com grandes agricultores modernizados no Centro-Oeste. As duas ações caminham *pari passu*.

O aprofundamento da parceria de Nelson Rockefeller na Venezuela, compeliu-o a modificar o conceito original da *AIA*, partindo para a criação de duas organizações em vez de uma. Isso ocorreu em 9 de Janeiro de 1947<sup>19</sup>, quando as operações lucrativas vieram a compor a *Ibec*, por sugestão de *John Lockwood* que assim pensava desde o início:

“Uma dessas deveria ser para os domingos e a outra para os dias úteis da semana, o que atende a tradição histórica, puritana e protestante do nosso país: ganhar dinheiro durante a semana e fazer caridade aos domingos. Cedendo à sabedoria de seu advogado, *Nelson* criou, em 9/1/47, a *IBEC* como companheira de buscar lucros da *AIA*.” (Collier & Horowitz, 1976:261).

A concepção da *Ibec* foi inegavelmente inovadora, ao rejeitar o objetivo tradicional das corporações de ganhar dinheiro e adotar ou de promover o desenvolvimento econômico, de aumentar a produção e a disponibilidade dos bens, produtos e serviços úteis à vida das pessoas, com o que se esperava melhorar seu nível de vida. De mais a mais, evitava acusações de “imperialismo ianque”. Uma corporação com política ideológica, aparentemente menos ligada ao dinheiro e mais a propagar idéias, neste caso, o anticomunismo fervoroso de Nelson, era uma coisa nova no mundo dos negócios.<sup>20</sup>

Ao longo da existência da *Ibec* ocorreram mudanças nas suas relações com a *AIA* e a simbiose entre as duas tornou-se mais complexa do que indicava a divisão entre filantropia e lucro. Exemplo disso foi a pesquisa conduzida pela *AIA* sobre mercado da indústria de milho híbrido no Brasil, na qual descobriu-se que uma empresa brasileira, *Agrocere* Limitada, estava quase pronta para começar a produção comercial do único híbrido produzido no país. Passada a informação à *Ibec*, esta propôs aos donos brasileiros da *Agrocere* a constituição de uma nova companhia entre eles. A nova empresa - *SASA* - enquanto crescia, exigia mais e mais capital. As medidas originais do acordo, pelo qual os sócios brasileiros poderiam comprar até 51% das ações depois de 10 anos, foram declaradas inviáveis e os brasileiros tiveram que aceitar uma percentagem muito menor que a originalmente proposta. Ao longo dos anos, a *SASA* se tornou uma das seis maiores companhias de semente de milho híbrido do mundo e uma estrela da constelação da *Ibec*. (Collier & Horowitz, 1976).

<sup>19</sup> Nesta mesma ocasião, a *AIA* instalara-se no Brasil tendo como seu representante John B. Griffing, profissional da agricultura, já atuando no Brasil.

<sup>20</sup> A *Ibec* teve fases boas e ruins. A sua primeira década de operação custou US\$ 7 milhões a Nelson Rockefeller. Ao fim da sua segunda década, com menos de 1/3 de seu patrimônio na América Latina, retirava dali metade de sua receita (Collier & Horowitz, 1976).

## A AIA e a Acar

O objetivo deste trabalho e deste tópico em particular não é o atribuir pioneirismo à AIA, mas de focalizar sua ação como tendo deixado resultados permanentes. Em termos de pioneirismo, sabe-se que ações embrionárias ocorridas no âmbito das escolas de agronomia, relatados por Silva & Lima (1984) e Olinger (1996) citado por Oliveira (1998) e por Lupi (1962), datam das décadas de 10 e 20 deste século<sup>21</sup>. O diferencial da ação da *AIA* é o esforço sistemático e concatenado para a montagem de um serviço específico.

Para a concretização da estratégia da criação de um serviço extensionista no Brasil por meio dos instrumentos que julgavam mais apropriados, seus idealizadores foram favorecidos pelo interregno do nacionalismo de Vargas, entre os anos de 1945 e 1950.

Nesse interregno, Milton Campos, político liberal pela UDN governava Minas Gerais (1947-1951), tendo instituído o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, com objetivos de criar e manter condições de estímulo ao investimento privado e suplementar essas atividades, aplicando os recursos do Estado em serviços e pesquisas que dificilmente poderiam ser sustentados pelo capital privado. Ao condenar a industrialização induzida por estímulos governamentais, buscava melhorar a qualidade da produção agrícola e a fixação do homem no campo. Sob a orientação desse Plano, o governador Milton Campos criou o Instituto de Pesquisas Agronômicas, a Estação Central de Experimentação Vegetal, o Serviço Especial da Cultura do Algodão, escolas técnicas, a Universidade Rural de Viçosa e assinou o convênio com a AIA para a criação da Acar. (Emater-MG, 1998).

“Para sua primeira experiência na América latina no pós-guerra, *Nelson* escolheu o estado de Minas Gerais, no planalto central brasileiro, ao sul da Bahia, que era rica em petróleo. Era uma escolha sábia. Um tanto maior do que a França, Minas Gerais era um reduto agrícola e minerador da facção exportadora conservadora do Partido

---

<sup>21</sup> Além disso, Lupi (1962, p.5) dá conta da formação, em 1943, de 6 extensionistas brasileiros nos EUA, como bolsistas, no âmbito das atividades da Comissão Brasileiro Americana de Produção de Gêneros Alimentícios mas que, cedo, abandonaram suas atividades por falta de condições operacionais. No ano seguinte, organizou-se a CBAR - Comissão Brasileiro Americana de Assistências às Populações Rurais, com modalidade de trabalho assemelhada às da extensão rural.



Social Democrata, que rompera com Vargas em 1945 para apoiar o golpe do general Eurico Gaspar Dutra.” (Colby & Dennett, 1998, p.249).<sup>22</sup>

“Em novembro de 1946, *Nelson* visitara o Rio. Sua oferta dos serviços da *AIA* - assim como um coquetel para trezentas pessoas - foi considerada como evidência do apoio dos EUA ao regime de Dutra, que retribuiu concedendo-lhe a mais alta condecoração para estrangeiros, a Ordem do Cruzeiro do Sul. Durante sua estada, *Nelson* soube que muitos dos pobres que viviam nas inquietas favelas em torno do Rio eram agricultores que migraram de Minas Gerais cujas pequenas propriedades haviam sido devastadas pelo uso irresponsável dos recursos da terra. A migração para o Rio resultou num excesso populacional e uma inquietação social crescente. *Nelson* decidiu tratar do problema fazendo com que a produção rural nas pequenas propriedades de Minas funcionasse.” (Colby & Dennett, 1998, p.249).

“Em 1948, *Nelson* e Milton Campos, governador de Minas Gerais, assinaram um acordo para estabelecer uma agência de crédito agrícola, ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural). A *AIA* de *Rockefeller* administraria a agência, que controlava o acesso a empréstimos a 8% de um banco estatal. Até mesmo os gastos dos produtores eram controlados por equipes técnicas de uma agência local, que tinham autoridade sobre as contas dos fazendeiros. Para onde ia parte desse dinheiro era previsível: o agro-empresário *Rockefeller*. A IBEC montou uma empresa de suinocultura para criar e vender animais de uma raça importada resistente à peste suína.” (Colby & Dennett, 1998, p.251).<sup>23</sup>

Em 1952, com a chegada de Santiago (Jimmy) Apodaca, com experiência em trabalhos com jovens por meio dos clubes *4-H* (no Brasil, *4-S*), o trabalho extensionista tomou novo alento e direção. Por essa ocasião, Hudgens criou a fórmula que mais tarde ficaria famosa: “um extensionista, uma extensionista, um jipe” (Darlymple, 1968, p.:43).

### Continuidade e desdobramentos da relação AIA e Acar

Em 1948, Nelson Rockefeller havia se entendido com o governador Milton Campos, representando a AIA. Já com Juscelino, na condição de presidente da

---

<sup>22</sup> Antes da experiência mineira, a AIA tinha operado com sucesso projetos-piloto agrícolas em São Paulo (Colby & Dennett, 1998, p.912).

<sup>23</sup> “Além dos interesses estritamente comerciais, a estratégia de Rockefeller levava em conta que o trabalho da Acar atuaria tanto para de impedir a insolvência de fazendas quanto a politicamente indesejada migração para as cidades.” (Colby & Dennett, 1998, p.912).

República, Nelson Rockefeller o fez na qualidade de dirigente do organismo de ajuda técnica para o desenvolvimento do Governo Americano, tendo como recursos os do Programa Ponto IV, alocados, entre outros fins, para a criação e manutenção do ETA - Escritório Técnico de Agricultura, o qual firmou inúmeros convênios para viabilizar a expansão do serviço extensionista pelo país <sup>24</sup>.

“Kubitschek não era um estranho para *Nelson Rockefeller*. Como governador de Minas Gerais, ele herdara um bem-sucedido programa de crédito supervisionado da Associação Americana Internacional para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA) em 1948. Agora buscava empréstimos e investimentos, incluindo financiamento para seu ‘sonho brilhante’ de conquista da Amazônia.” (Colby & Dennett, 1998, p.337).

“*Nelson* ficou impressionado com a visão que o novo presidente tinha das relações americano-brasileiras, tanto que, quando Kubitschek abordara dois assessores da AIA no Rio sobre a expansão do programa de crédito supervisionado de Minas Gerais para todo o Brasil rural, *Nelson* decidiu voar ao Brasil para maiores conversas.” (Colby & Dennett, 1998, p.337).

Em fevereiro de 1956, logo após tomar posse como presidente da República, JK convocou Crawford ao Palácio do Catete. Entre outros assuntos, JK perguntou-lhe: “Quero fazer para o Brasil, o que fizemos em Minas. Você me ajudará a fazê-lo?” E propôs que a sigla fosse Ancar, na qual o “N” referia-se a nacional. Diante da ressalva de que Ancar já existia e o “N” se referia à palavra Nordeste, JK disse: “Muito bem, vamos chamá-la ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. O nome não faz diferença. O que importa é que seja uma organização do tipo CAR. Com isso, JK erigia o ‘Sistema CAR’ “ (Darlymple, 1968, p.55-56). <sup>25</sup>

“*Rockefeller* chegou a Belo Horizonte no dia 12 de abril [de 1956], para se reunir com Kubitschek numa fazenda [em Sete Lagoas, MG] pertencente ao diretor [João Napoleão de Andrade, amigo íntimo de JK e depois, presidente da ABCAR] do programa de crédito. No último minuto, no entanto, Kubitschek cancelou, aborrecido com indagações da imprensa brasileira sobre as razões de ter marcado um ‘encontro sigiloso em Minas e acima de tudo numa fazenda isolada’, em vez de no palácio

---

<sup>24</sup> Entre os cerca de 60 projetos apoiados pelo ETA, os seguintes relacionavam-se com a extensão rural: 2, com Ancar; 9, com Acar; 11, com Ascar, em 1955; 15, com o Governo do Paraná em 1956 (do qual adviria a Acarpa); 17, com Acaresc, em 1956; 47, com o Estado do Rio (do qual adviria a Acar-RJ), em 1958.

<sup>25</sup> A oficialização do entendimento entre o governo brasileiro e a AIA sobre a ABCAR veio a ser concretizado em 21 de Junho de 1956, quatro meses após a primeira conversa.

presidencial. No dia seguinte, *Nelson* fez um acordo com Kubitschek em almoço no palácio presidencial. *Nelson* prometeu uma dotação de 525 mil dólares do *Rockefeller Brothers Fund* para a *AIA*, reservando cem mil ao ano, por quatro anos, para o programa nacional e cinquenta mil anuais para continuar o programa de crédito em Minas Gerais.”(Colby & Dennett, 1998, p.337-8, reproduzido de Darlymple).<sup>26</sup>

Com o fim do governo Kubitschek, os aliados brasileiros de *Nelson Rockefeller* sentiram dificuldades para sintonizar seus interesses econômicos com a orientação política imprimida por Jânio Quadros, a partir de 1960.

Os anos 60 vão marcar o declínio da *AIA* junto à extensão rural brasileira que, já vinha, desde meados dos anos 50 sendo apoiada diretamente por programas de ajuda do governo norte-americano:

“By 1961 when *AIA* concluded its participation in what the Brazilians call the ‘Sistema CAR’ the whole program had been organized and people trained to carry it out.” (Darlymple, 1968, p.32).

No âmbito da extensão rural e, mais precisamente, do Sistema Nacional comandado pela Abcar - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, a *AIA* não concordava com as intenções do Ministro da Agricultura de Goulart, Oswaldo Lima Filho de submeter às suas ordens o comando do Serviço.

“O Ministro da Agricultura de Goulart queria assumir o controle da associação de crédito rural da *AIA*. Com os anos, a *AIA* lançara dezessete subsidiárias, expandindo o programa de crédito e colonizando terras improdutivas com agricultores do turbulento Nordeste. A *AIA* também negociara esquemas de colonização com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. A proposta original da *AIA* foi feita no mês da eleição de *Kennedy*, pedindo que os EUA emprestassem dez milhões de dólares ao Brasil para desenvolver a região Centro-Oeste, incluindo os estados de Goiás e Mato Grosso e a área onde *Nelson* tinha sua propriedade de 400 mil hectares.” (Colby & Dennett, 1998, p.481).

Naquele momento, “a *AIA* conseguiu frustrar os esforços brasileiros de controlar suas associações de crédito.” (Colby & Dennett, 1998, p.481).

Além do crédito rural, a ação com a juventude era prioritária para a *AIA* não só no Brasil:

---

<sup>26</sup> Durante o governo Kubitschek (1956-60), o crédito rural e o mecanismo de assistência da *AIA* foram levados a todo o Brasil, patrocinando o avanço da agricultura familiar em direção às fronteiras brasileiras (Colby & Dennett, 1998, p.912).

“(No Chile) (...) a *AIA* promovia a fundação de Clubes Jovens Rurais, apoiados pelo governo e pelo Comitê da Juventude Rural Interamericana. *Nelson* participava deste comitê junto com o chefe agrícola da OEA, *Armando Samper*, e quatro ex-colaboradores dos Rockfeller: *Galo Plaza* (Equador e agora OEA), *Kubitschek* (Brasil), *Figueres* (Costa Rica) e *Gonzalez Videla* (Chile).” (Colby & Dennett, 1998, p. 721).

As tentativas de exercer maior controle sobre a Abcar, iniciadas no Governo Goulart foram concretizadas em 1966 (10 de maio), por meio do decreto federal nº. 58.382, determinando que as atividades extensionistas passassem a ser coordenadas pelo Ministério da Agricultura, por meio do INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Nesse contexto, foram formalizados os critérios de compatibilização entre programas extensionistas e planos ministeriais. Por essa ocasião, o homem mais expressivo da *AIA* para a extensão rural brasileira já desempenhava outras funções:

“*Crawford* tinha preparado um relatório confidencial para o regime Stroessner, intitulado *Colonization in Paraguay*, já em 1964. Em 1966 ele estava com o escritório de *Buenos Aires* do Comitê Internacional para Migração Européia (ICEM), contratado como pesquisador por um dos principais sócios venezuelanos da *AIA*, *Fernando Rondon*. Este era diretor assistente do CBR (Conselho de Bem-Estar Rural), uma agência de colonização montada em conjunto pela *AIA* e pelo Instituto Técnico para Imigração e Colonização da Venezuela, financiado pela *Mobil, International Petroleum, Shell Oil* e a favorita de *Nelson, Creole Petroleum*. O CBR estava engajado numa pesquisa de recursos da bacia do rio Orinoco quando *Rondon* recorreu ao ICEM em Buenos Aires. Não demorou muito para que *Crawford* colocasse o ICEM no Projeto de Colonização do Alto Paraná, de *Stroessner*, e para trazer brasileiros como consultores para a montagem de um sistema de crédito semelhante ao da Associação Brasileiro de Crédito e Assistência Rural, o sistema montado pela *AIA* para o então presidente Juscelino Kubitschek.” (Colby & Dennett, 1998, p.840, nota de rodapé).

Em 1969, sem a presença da *AIA*, que havia encerrado suas operações em 1968, a Abcar ainda recebia contribuição financeira de programas de cooperação do Governo Americano, como é o caso dos provenientes da USAID/Acordo do Trigo (Araújo, Braga & Santos, 1978, p.28).

## CONCLUSÃO

A coleção de episódios e circunstâncias ilustra e contextualiza ocorrências em torno da estória da extensão rural no Brasil. Sem levar em conta uma determinada ordem, seja de ocorrência ou importância, as mais significativas a juízo do autor vão resumidas a seguir em dois diferentes blocos. O primeiro trata de aspectos externos e mais gerais, e o segundo concentra-se nas aspectos intrínsecos do projeto extensionista.

**Filantropia (AIA) x lucro (Ibec)** - tudo indica tratar-se de uma relação enraizada na sociedade capitalista de corte protestante, na qual a religião exercia forte influência sobre as famílias dos empresários, a despeito da prática darwinista na esfera da competição estritamente econômica. A literatura informa que, nos EUA, essa imbricação entre religião e negócios se difundiu amplamente. Nelson Rockefeller hauriu tal sentimento de forma difusa da sociedade americana e de forma direta da experiência de seu avô, que comandou a Junta Geral de Educação e a Comissão de Saúde, atuantes no sul e meio-oeste americanos no século passado. A novidade da ação de Nelson Rockefeller estava em fazer além das fronteiras dos EUA, o que tinham feito seus ascendentes no seu próprio país.

**Agronegócio** - a atuação de Nelson Rockefeller, tanto por meio da AIA quanto da Ibec não deixa dúvidas em relação ao conceito das diversas formas de integração no nascente *agribusiness*. Assim, a ação da Acar, por meio da AIA, ao estimular o desenvolvimento das famílias de agricultores familiares, incluindo sua permanência no meio rural, era visando fazer com que se vinculassem de forma mais expressa aos mercados de financiamento, insumos e produtos. No ramo das pesquisas agrícolas, a atuação da IRI, subsidiária da Ibec e, por um tempo, sob a tutela da AIA, levaria a ampliar as oportunidades de mercado para fabricantes de máquinas, equipamentos e produtos químicos, como fertilizantes e pesticidas, cuja produção, na época, era amplamente dominada pelo capital estrangeiro e, especialmente, por empresas norte-americanas. Os negócios de Nelson Rockefeller com milho híbrido, café e gado mostram, de forma cabal, diversas vinculações para trás e para frente no âmbito do agronegócio.

**Liberalismo x Intervencionismo** - a ação de Nelson Rockefeller, por meio da AIA e da Ibec no Brasil esteve pautada pelos altos e baixos do nacionalismo. Assim, é preciso frisar que a instalação da AIA no Brasil e a criação da Acar deram-se no interregno nacionalista getulista (entre sua deposição em 29/10/45 - o fim da “era Vargas” - e sua volta ao poder, por via legal, em 1950). Ademais, a Acar veio a ser criada em Minas Gerais, sob um governo da UDN, partido marcadamente liberal. O projeto extensionista, até então circunscrito a Minas Gerais, deslanchou para todo o país, com a criação da ABCAR, após a morte de Getúlio Vargas e a subida ao poder de Juscelino Kubitschek. Em outras áreas de atuação, como foi o caso da colonização, a AIA encontrou dificuldades para conduzir o assunto na era das políticas de base de João Goulart. Por fim, chama-se a atenção para a natureza privada das ações de cooperação americana, mas que, aqui no país, demandavam a ação estatal para surtir efeito. Desse ponto de vista, o impulso foi privado mas a responsabilidade pela condução e posterior difusão, estatal.

**Cooperação Privada (AIA) x Cooperação Pública Americana** - Nelson Rockefeller teve posição destacada em seu país, na promoção de ações de cooperação fora da esfera oficial do governo americano. Nos cargos públicos que ocupou durante a guerra, tentou colocar em prática ações que imaginara na esfera privada, mas sem sucesso. Ao sair do Departamento de Estado em 1945, de volta para seus negócios, criou a AIA como instrumento para colocar em prática suas idéias, vindo a instalá-la no Brasil logo em seguida. Tempos depois, o “Ponto IV”, de Truman, tornou-se a materialização, no âmbito governamental, das concepções de Nelson Rockefeller sobre cooperação internacional para o desenvolvimento. Desde então, a literatura registra inúmeras divergências de Nelson Rockefeller com a política externa de cooperação dos governos Johnson e Kennedy para a América Latina.

O segundo bloco remete a considerações sobre aspectos intrínsecos do projeto extensionista, a partir de alguns pontos circunstanciais bastante definidos. De início, pode-se dizer, em termos sintéticos, que a extensão rural no Brasil é fruto de:

- a) **Uma concepção religiosa sobre a ação social**, qual seja a da concepção puritana de filantropia, adaptada pelos americanos para o presente século.

Segundo tal concepção, a ajuda era destinada a obter “os resultados mais vantajosos”. Daí, provavelmente, a ênfase da Acar em trabalhar com os “mais capazes”. O argumento favorável da escolha dos “mais capazes” pelo Serviço está na possibilidade de acionar os mecanismos sociais de difusão com maior eficiência, embora o contingenciamento da ação a esses “mais capazes” possa se configurar como excludente se a sociedade não apresentar as condições mínimas para a realização do processo de difusão. Alternativamente, focar a ação sobre os mais pobres, numa sociedade desigual, na qual a multiplicação de resultados é difícil, pode levar o Serviço, do ponto de vista de corpo administrativo, à míngua de resultados se a política pública em geral vai em sentido contrário.

- b) **Um projeto de poder**, encarnado pelos americanos, de início comandado pelo capital privado e, logo a seguir, pelo segmento governamental, tão logo se configurou a luta geopolítica entre os EUA e a URSS, a *guerra fria*. A diferença entre os dois estilos é que no primeiro momento a perspectiva era essencialmente econômica e comercial, eivada do pioneirismo americano de expansão dos mercados e de criação de oportunidades, enquanto no segundo momento, a variável política e seus desdobramentos em termos de segurança nacional e continental orientava as ações de cooperação internacional, especialmente com a afluência dos governos militares na América Latina.
- c) **Um modelo do agronegócio nascente**, com ações articuladas em vários pontos de diferentes cadeias de produtos. Desse ponto de vista, a essência da proposta de intervenção ia contra a perpetuação do modelo anterior herdado do período colonial, na medida e que introduzia como elementos da dinâmica a ação dos setores a montante e a jusante. Imagina-se que os negócios de Nelson Rockefeller com terras - negócios esses muito ao gosto do patrimonialismo - orientaram-se mais como parte de um processo de “acumulação primitiva”, já que o interesse dos grupos comandados por ele voltava-se primordialmente para o aumento e diversificação da produção agropecuária e sua transformação industrial.
- d) **Uma corrente política, o liberalismo**. Nesse sentido, a Acar, como ente político, pode ser considerada como da cepa liberal, inserindo-se

como um modesto evento na esteira de outros antecedentes ilustres, a saber, Manifesto dos Mineiros (1943), fim do Estado Novo (1945), recriação dos partidos políticos (incluindo a UDN), reativação do sistema de eleições gerais e promulgação da Constituição de 1946, a mais democrática (leia-se “liberal”) delas. O enquadramento da extensão rural como evento liberal pode ficar turvado, se levados a rigor os mandamentos dessa perspectiva política, pelas condições particulares do subdesenvolvimento, do patrimonialismo e do nacionalismo aqui presentes.

Além desses elementos presentes no âmago da origem extensionista no Brasil, tomada unicamente como ente administrativo, a Acar mostrou uma atuação inovadora não só na sua área de atuação mas no âmbito do serviço público brasileiro em geral, já que se modelo transpôs as fronteiras de Minas Gerais em todas as direções. As Acarss situavam-se a meio caminho entre órgãos públicos típicos (departamentalizados e burocratizados) e instituições privadas; recebiam recursos de diversas origens (estatais e de várias instâncias, privados, de fundações, etc) e dispunha de flexibilidade administrativa até então desconhecida no Brasil e, mais ainda, na esfera de governo voltada para a agricultura.

Afora essas considerações sobre a gênese extensionista, o exame da funcionalidade da administração unificada entre pesquisa agropecuária e extensão rural no Brasil merece comentários conclusivos pelas ocorrências do tema ao longo da história desde então. Na época, esta relação ocorreu entre a AIA e a IRI. A IRI, constituída em 1950, veio a ser incorporada à AIA em 1957 e desvinculada em 1963. A incorporação, tida como recomendável pelo fato de trabalharem nas mesmas áreas e para as mesmas finalidades, não durou mais do que 5 anos, tendo sido desfeita porque o trabalho conjunto revelou incompatibilidades operacionais insuperáveis. Esse tipo de estranhamento talvez não fosse fruto de um “estilo americano” de administração mas de particularidades brasileiras. O caso mais recente da dificuldade de unificação entre Embrapa e Embrater, que acabou nunca ocorrendo, certamente tem as mesmas raízes do conflito entre AIA e IRI. Na órbita estadual, embora os acontecimentos ainda sejam muito recentes, observa-se, na atualidade, diversos experiências de coabitação entre pesquisa agropecuária e extensão rural, como são os casos da EBDA, Empaer-MT, Empaer-MS, Emater-GO. Caso isso se imponha como tendência, a



possibilidade de o país dispor de um modelo híbrido, nas esferas estadual e federal, pode vir a apontar um novo caminho para esses tipos de instituições.

Relativamente a questões filosóficas polêmicas, chama-se a atenção para o “projeto educativo” do Serviço e para a ênfase sobre o público constituído de agricultores familiares. Evidentemente, que estas duas questões são como a cara e a coroa da “moeda extensionista”, vale dizer, podem até ser analisadas separadamente, mas não se apartam uma da outra no exercício da ação.

A concepção de Nelson Rockefeller, absorvida pela *AIA*, eivada de puritanismo, nunca pretendeu deixar dúvidas de que o projeto educativo extensionista haveria ser desenvolvido no âmbito da produção, colocando o mercado como esfera de socialização e de acumulação, processo esse que, indubitavelmente, oferecia melhores oportunidades aos que pudessem obter melhores resultados. Na origem desta concepção, estava a convicção de que se o capitalismo permitia a exploração da força de trabalho e dos recursos naturais em prol de uns poucos, também criava as oportunidades de forma ampla para a ascensão social da maioria a níveis de vida superiores aos das gerações ascendentes, o que de fato ocorreu nos Estados Unidos no decurso do último século. De mais a mais, o “processo educativo” original era conforme ao sistema capitalista e não questionador de sua substância como foi o caso de propostas alternativas, como, por exemplo, a de Paulo Freire, a mais expressiva de todas<sup>27</sup>. O exercício da visão crítica ao processo educativo extensionista cunhou, no Brasil, a expressão “um projeto educativo para o capital” como um epíteto de denúncia da “rendição” do Serviço ao capitalismo.

A expressão “um projeto educativo para o capital” é fruto da percepção purista/fundamentalista que dá a entender que, no Brasil, o Serviço experimentou uma fase essencialmente educativa (a “idade da inocência”), mais tarde interrompida por exigências da acumulação do capital (a “idade satânica”), a partir de quando o Serviço mereceu ser chamado de “projeto educativo para o capital”. Pela sua importância e representatividade na literatura especializada, tome-se a documentação de Fonseca (1985) a respeito da confecção de sua tese:

---

<sup>27</sup> A variabilidade de situações socioeconômicas no mosaico geográfico brasileiro permitia experiências as mais variadas. Assim é que em 1968, em Pernambuco, parte dos extensionistas da Ancarpe usava uma apostila de Paulo Freire, depois transformada no livro “Pedagogia do Oprimido”, para seu trabalho de campo (ver Oliveira, 1988, p.:48). Certamente, essa não foi a única experiência heterodoxa no campo extensionista.

“Conforme haviam explicado alguns entrevistados, o projeto educacional extensionista poderia ser caracterizado realmente como um projeto educacional apenas durante vinte anos de sua existência - 1948-1968.” (p. 24-25).

Ainda segundo os entrevistados pela autora, na fase inicial o Serviço:

“...tinha como público somente os pequenos e médios agricultores. Sua tarefa era educá-los, ou seja: ensinar a ajudarem-se a si mesmos na busca de uma maior produtividade e de melhores condições de vida.”(p. 25).

Já na fase que se segue após 1968, os entrevistados entendiam que:

“...o Sistema Brasileiro de Extensão Rural começou a passar por transformações que culminaram na criação da EMBRATER, cuja justificativa de implantação baseia-se no atendimento às necessidades de expansão do sistema produtivo brasileiro. Dentro dessa perspectiva, seu objetivo maior era transferir tecnologia agropecuária para os produtores rurais.” (p. 25).

Analisando apenas o “período educativo” da extensão rural (1948/68), a autora chega a conclusão de que:

“A utilização do caráter pedagógico-político da atividade extensionista como instrumento de expansão da lógica capitalista no meio rural ficou evidenciada nos momentos mais importantes dessa prática.” (182).

E avança em suas conclusões:

“... a lógica do capital exigiu da Extensão como um projeto educativo para a zona rural neste período de vinte anos - 1948-1968 que ele fosse um instrumento da reprodução da contradição capital x trabalho no campo, pela ampliação da divisão social e técnica do trabalho neste setor... Este foi, então, o sentido do movimento histórico - concreto - que se revelou na e pela prática extensionista aqui examinada.” (183).

De tudo que se viu nesse texto a respeito do serviço de extensão rural como um “projeto a serviço do capital”, o mínimo que se pode dizer é sobre o equívoco tanto dos fundamentalistas quanto de seus críticos. Relativamente aos primeiros, é incontestável, diante das evidências mostradas por Colby & Dennett (1998) que, dificilmente, a filantropia rockefelliana pode ser tomada como essencialmente educativa no sentido idealizado. Mesmo porque não há educação em suspenso, desatrelada do mundo real das relações sociais e econômicas onde se dão as práticas pedagógicas. O que deu impulso às ações extensionistas

nos EUA e que o liberalismo de Nelson Rockefeller buscou reproduzir aqui, foi a combinação do ganho de lucros - para os capitalistas - com a ampliação de oportunidades que o capitalismo consegue operar. Lá nos EUA, a nação cresceu, venceu as crises de subsistência mais graves, democratizou o acesso a bens e serviços. Aqui, este projeto continua incompleto. Nesse sentido, o caráter “educativo” da extensão rural no período 1948-68, como propalado pelos puristas, não corresponde à verdade dos fatos.

Por outro lado, falece razão à visão crítica entender que “a lógica do capital exigiu da Extensão” (Fonseca, 1985, p. 183) que se comportasse como um instrumento da reprodução capitalista. Isso porque, ao pé da letra, e no contexto do referencial aqui observado, a extensão é dada como “derrotada” pelo capitalismo numa batalha que, de fato, nunca aconteceu. No mundo ocidental, a extensão não existiu como *outsider* ao sistema político e econômico do capitalismo. Historicamente, ela é fruto do liberalismo que, no século passado, comandou a vida política e econômica das maiores nações ocidentais, invadindo até mesmo a antiga Rússia czarista, como mostra, a propósito, o funcionamento dos *zemstva* até momentos antes da revolução comunista.

Assim, a extensão é um “projeto educativo para o capital” tanto quanto o são, as escolas formais e informais, as universidades e seus serviços de extensão universitária, os serviços de rádio e televisão, os setores de pesquisa, etc, etc, etc. Ou seja, insistir nessa questão é insistir no óbvio ululante. Por outro lado, “projetos alternativos”, contrários ao capital ou mesmo divergentes, ainda que circunstancialmente, podem proporcionar resultados paradoxalmente contrários à motivação ideológica original, como deles tratou Kutz *apud* Oliveira (1998, p.48). Neste particular, a posição do autor é a mesma já expendida em outros ocasiões, especialmente em “A Educação Pelo Investimento e o Caráter Educacional da Extensão Rural” e “Crítica às Críticas à Ação Extensionista”, (Oliveira, 1988, p. 177-185 e p.197-200).

Mas se puristas e críticos se enganam quanto ao significado da expressão “projeto educativo para o capital”, pode-se dizer que a percepção de ambos sobre algum tipo de mudança seja falsa e ilusória? Não! Lembrando que logo de início, adotou-se a posição de que “projeto educativo” e “agricultores familiares” são como a cara e a coroa da “moeda extensionista”, a chave para o deslocamento da ênfase do “pequeno” para o “grande”, está em que a

extensão rural trocou de capitalismo: abandonou a vertente democrática e criadora de oportunidades pela patrimonialista, concentradora e excludente, sem nunca deixar de ser, na linguagem crítica, um “projeto para o capital”.

Assim, os fundamentalistas brasileiros deveriam ter dito que esse serviço deixou de estar a serviço do capitalismo democrático e criador de oportunidades e participação (com todas as limitações que numa sociedade subdesenvolvida podem apresentar esses qualificativos). Já os críticos deveriam ter dito que o extensionismo colocou-se a serviço do capitalismo patrimonialista, excludente e desigual.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J.G F. de; BRAGA, G. M.; SANTOS, M. M. dos. **A extensão rural no desenvolvimento da agricultura brasileira**. Da origem à EMBRATER. Viçosa: UFV/Departamento de Economia Rural, 1978. 63 p.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL. **Missão Rockefeller**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1974. 54 p.
- COLBY, G.; DENNETT, C. **Seja feita a vossa vontade**. A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo. Rio de Janeiro: Record, 1998. 1059 p.
- COLLIER, P.; HOROWITZ, D. **The Rockefeller**: an american dynasty. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1976.
- CRAWFORD, W. **Agricultura no Brasil**. [S. l.]: AIA, 1961.
- DALRYMPLE, M. **The AIA Story**: Two decades of international cooperation. New York: AIA, 1968.
- DEBOUZY, M. **O capitalismo “selvagem” nos Estados Unidos (1860-1900)**. Lisboa: Estúdios Cor. 1972. 313 p.
- EMATER-MG. Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural Engenheiro Agrônomo José Alfredo Amaral de Paula (folder). Belo Horizonte, 1998.
- FALCOFF, M. A conexão nazista. **Time Magazine/Folha de São Paulo**, v. 1, n. 32, p. 4-5, 5 nov. 1998.

- FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil**, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985. 192 p.
- GOÑI, U. Perón e os alemães. **Time Magazine/Folha de São Paulo**, v. 1, n. 32, 5 nov.1998, p. 6-11.
- KUTZ, M. **Rockefeller power**. New York: Simon & Schuster, 1974.
- LUPI, P. **História da extensão rural e extensão rural no Brasil**. Viçosa: UREMG/ETA - Projeto 39, 1962. s.p.
- OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: Epagri, 1996. 523 p.
- OLIVEIRA, M. M. **A utopia extensionista**. Brasília: Embrater, 1988. 311 p.
- OLIVEIRA, M. M. **Conciliação e conflito na extensão rural brasileira**. Brasília, 1998. 80 p.

## ANEXO - Cronologia da vida de Nelson Rockefeller.

Alguns Presidentes EUA	Ano	Eventos da vida de Nelson Rockefeller	Alguns Presidentes Brasileiros
F. D. Roosevelt (1933-1945)	1908	Em 8/7, nasce Nelson Rockefeller em Bar Harbour, Maine, neto do fundador da dinastia dos Rockefeller, John D. Rockefeller.	
	1940-1944	Coordenador de Inter-American Affairs (governo Franklin Roosevelt)	Getúlio Vargas (1930/1945)
	1944-1945	Secretário de Estado Assistente para a Latin America Affairs	
Harry Truman (1945-1952)	1950-1951	Dirigiu o International Development Advisory Board	Eurico Gaspar Dutra (1946/1951)
Dwight Eisenhower (1952-1960)	1953-1954	Subsecretário Federal para Saúde, Educação e Bem-Estar de Dwight Eisenhower	Getúlio Vargas (1951/1954)
	1954-1955	Assistente Especial de Dwight Eisenhower	
John Kennedy (1960-1963)	1959-1973	Governador de New York State por 4 mandatos, pelo Partido Republicano	Juscelino Kubitschek (1956/1960)
Lyndon B. Johnson (1963-69)	1960, 1964	Busca, sem sucesso, sua indicação à Presidência pelo Partido Republicano	Jânio Quadros (1960)
Richard Nixon (1969-1974)	1968, 1973		João Goulart (1960/1964)
Gerald Ford (1974-1977)	1974 -1977	Vice-Presidente Americano,	
		de Gerald Ford	
Jimmy Carter (1977-1981)	1979	Em 26 de janeiro, morre de enfarto	